Boletim do Sepe

Informativo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Rede Municipal/RJ - Edição fechada em 04/01/2022

REDE MUNICIPAL RJ

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

ATO EM DEFESA DO FUNDEB NA PREFEITURA NO DIA 11/1

Sepe convoca os profissionais da rede municipal RJ para o ato público em defesa da destinação das verbas do FUNDEB para a valorização da categoria. O ato “Cadê o meu FUNDEB?” será realizado na frente da prefeitura, no próximo dia 11 de janeiro, a partir das 10h.

Nesse dia, a direção do sindicato terá audiência com a SME, a partir das 10h, para debater as questões acima. Também iremos cobrar reajuste salarial já; o aumento do vale alimentação e o descongelamento do nosso plano de carreira.

Categoriajá havia cobradosobre abono e reajuste no dia 23 de dezembro

Os profissionais da rede municipal do Rio de Janeiro realizaram um ato público no dia 23 de dezembro para cobrar do prefeito Eduardo Paes e do secretário municipal de Educação, Renan Ferreirinha, o pagamento do abono do FUNDEB e reajuste salarial para a categoria.

Os profissionais marcaram presença na porta da prefeitura (Praça Onze), com faixas e cartazes denunciando a não utilização, por parte da prefeitura, da sobra do Fundo de valorização da educação básica para valorizar os profissionais que, há mais de dois anos, sofrem com a falta de reajustes salariais e com as precárias condições de trabalho.

Uma comissão de diretoras do sindicato subiu até a sede da SME para apresentar as reivindicações da categoria e tentar uma audiência.

Após mais de duas horas de espera, elas conseguiram arrancar audiências para este mês de janeiro, uma delas, especificamente a que será realizada no dia 11, para discutir a utilização dos 25% da arrecadação municipal no setor da educação – como determina a Constituição – e FUNDEB.

RELATÓRIO MOSTRA QUE PREFEITURA NÃO INVESTIU OS 25% NA EDUCAÇÃO

Segundo o último Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) da prefeitura disponível, referente ao 5º bimestre de 2021, o município declara ter gastado somente 19,85% da receita de impostos e transferências, índice bem abaixo do mínimo de gastos previstos pela Constituição, que é de 25%.

Segundo o mesmo relatório, o município recebeu R$ 2,993 bilhões do FUNDEB e, conforme o parágrafo 3º do artigo 25 da Lei 14.113/20, até 10% deste valor podem ser utilizados até o primeiro quadrimestre de 2022. Mas, até a data de publicação do RREO (5º bimestre de 2021), o município declarava a não utilização de 11,43% destes recursos, ficando, portanto, acima do limite mínimo e deixando de utilizar na valorização da educação básica municipal, ao menos, R$ 42.854 milhões repassados pelo Fundo.

´No dia 17 de dezembro passado, o Sepe também encaminhou ao Ministério Público RJ (MP) uma representação contra a prefeitura em razão da não utilização dos recursos do FUNDEB para a valorização dos profissionais de educação do Rio de Janeiro.

No dia 29 de dezembo, o sindicato ajuizou ação no Plantão Judiciário do TJ RJ contra o município do Rio de Janeiro, pedindo uma liminar para garantir a valorização da categoria com a sobra dos recursos do FUNDEB.

Veja matérias sobre os dois assuntos na pg 4. *No site do Sepe, disponibilizamos o PDF do documento.*

SAIBA MAIS WWW.SEPERJ.ORG.BR

RECURSOS DO FUNDEB: SEPE AJUIZA AÇÃO CAUTELAR NO TJ-RJ EM DEFESA DA VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA

O Departamento Jurídico do Sepe protocolou junto ao Plantão do Judiciário, no dia 29 de dezembro, uma ação cautelar contra a prefeitura do Rio de Janeiro, com pedido de liminar, para garantir a defesa dos interesses dos profissionais da rede municipal RJ quanto à devida valorização a partir da correta aplicação das verbas do FUNDEB. A medida cautelar foi encaminhada para a Vara de Fazenda Pública da Capital – Plantão Judiciário.

Na sua justificativa o sindicato cita as diversas e infrutíferas tentativas de solução junto à Secretaria Municipal de Educação (SME RJ) e ao próprio Ministério Público através de ofícios e de representação, em razão da não utilização dos recursos do Fundo de Valorização da Educação Básica para a valorização dos profissionais da rede municipal, conforme determina a legislação em vigor. No pedido de liminar o Sepe lembrou que, por exemplo, o governo municipal não cumpre sequer o piso salarial nacional, estabelecido pela Lei 11.738/2008.

Também citamos que, apesar da prefeitura ter utilizado os 70% da receita anual das verbas do Fundo exigidos em lei, os recursos não foram destinados à valorização do magistério, mas principalmente para financiar a retomada das aulas presenciais e várias atividades de manutenção.

Ressaltamos ainda que, no último período, houve aumento significativo da receita do FUNDEB, o que poderia significar a possibilidade real de valorização dos profissionais da rede, que sofrem há mais de dois anos sem qualquer reajuste salarial. Desta maneira, a não concessão do abono do FUNDEB ou qualquer outra medida de valorização da categoria, ao contrário do que ocorreu em outros municípios, é uma demonstração, mais uma vez, do desprezo do prefeito Eduardo Paes e do secretário de Educação, Renan Ferreirinha para com os profissionais que sofrem com perdas de direitos e com o arrocho salarial.

MP-RJ: SEPE FAZ REPRESENTAÇÃO SOBRE A NÃO UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

O Sepe encaminhou ao Ministério Público (MP RJ), dia 17/12, uma representação contra a prefeitura do Município do Rio de Janeiro em razão da não utilização dos recursos do FUNDEB para a valorização dos profissionais de educação do Rio de Janeiro.

Tal medida se tornou necessária por que, apesar da prefeitura do RJ ter utilizado os 70% da receita anual das verbas do FUNDEB exigidos em lei, os recursos não foram destinados à valorização da categoria, mas principalmente para financiar a retomada das aulas presenciais e várias atividades de manutenção.

Na representação ao MP, o Sepe ressalta que, no último período, houve um aumento significativo da receita do FUNDEB. Tal aumento poderia significar a possibilidade real da valorização dos profissionais de educação da rede municipal do Rio, sobretudo, neste momento de grave crise econômica e de necessidade por que todos passam.

Infelizmente, a não concessão de “abono salarial” ou qualquer outra medida de valorização do magistério, ao contrário de outros municípios, demonstra mais uma vez o desprezo do prefeito Eduardo Paes e do secretário municipal de Educação do RJ, Renan Ferreirinha, para com os profissionais de educação que sofrem com perdas de direitos e arrocho salarial.

Desde 2019, não há reajuste salarial e as perdas dos servidores municipais já chegam a 20,68% (segundo dados do DIEESE). Além disso, as progressões, gratificações e o plano de carreira estão congelados. O ticket alimentação está congelado desde 2012, no valor de R$ 12,00. Não se pode esquecer, que os profissionais aposentados sofrem com o desconto previdenciário desde o governo Crivella e também sofrem arrocho. Ainda ocorreu o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, o que trouxe redução do salário líquido.

O FUNDEB não representa todo o orçamento da Educação, verbas de outras fontes podem ser usadas para custear a Educação. Para 2022, o orçamento do FUNDEB está previsto em torno de R$ 3,8 bilhões, ou seja, R$ 600 milhões a mais do que foi arrecadado até agora neste ano!

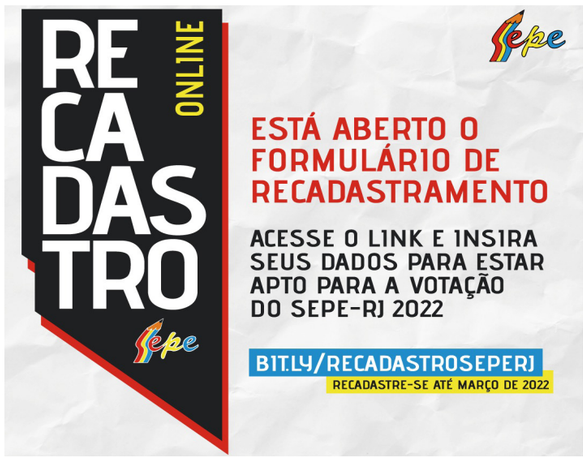
Eleição 2022 Sepe RJ 16 e 17/03/2022

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

PARA PARTICIPAR DA ELEIÇÃO, O FILIADO AO SEPE TEM QUE SE RECADASTRAR DE MODO ON-LINE: WWW.BIT.LY/RECADASTROSEPERJ

- Prazo de realização da Assembleia para eleger a Comissão Eleitoral Local: até 17/12 (avisar a Comissão Eleitora Estadual com 3 dias de antecedência, enviando o horário e link);

- Prazo para filiação:
Quem será candidato(a): até 16/12/2021;
Quem será eleitor(a): até 15/01/2022.



VITÓRIA: SECRETÁRIOS ESCOLARES RECEBEM A GD RETROATIVA

Os secretários escolares da rede municipal do Rio de Janeiro obtiveram uma grande vitória, com o pagamento retroativo, no dia 4 de janeiro, da Gratificação de Desempenho (GD) a partir de janeiro de 2021. O pagamento desta justa reivindicação veio junto com o salário de dezembro deste segmento da categoria. O Sepe esteve junto com estes profissionais nesta luta para que a prefeitura cumprisse com a sua obrigação legal, pagando a GD.

Em janeiro de 2021, a prefeitura deixou de cumprir a Lei Municipal nº 5.335/2011 e o Decreto nº 44.679/2018, que determinavam o pagamento da GD aos secretários escolares aprovados nos cursos realizados pela SME RJ no ano de 2020. O Sepe organizou um ato simbólico na prefeitura, em meio à pandemia (julho de 2021), onde foram protocolados requerimentos destes profissionais, exigindo o pagamento. Após a realização de plenárias específicas para discutir a mobilização, o sindicato entrou com uma ação coletiva na Justiça, solicitando o pagamento da gratificação. Também protocolamos na Secretaria Municipal de Fazenda um pedido de audiência com o secretário Pedro Paulo Carvalho para exigir do governo municipal a regularização desta situação injusta e ilegal para com os secretários escolares.

Finalmente, no dia 4//1, junto com o pagamento do mês de dezembro, os secretários escolares receberam a GD, retroativa ao mês de janeiro de 2021. O Sepe saúda a vitória dos secretários escolares e os convida a se filiarem ao sindicato.

SAIBA MAIS WWW.SEPERJ.ORG.BR

INFORME SOBRE A DEVOLUÇÃO DOS DESCONTOS DA GREVE PELA VIDA

Diante da não devolução dos descontos da greve pela vida no contracheque de dezembro de 2021, conforme ata selada entre SME e Sepe, após decisão do Tribunal de Justiça que definiu o arquivamento dos inquéritos e a devolução dos descontos mediante reposição, a direção do sindicato entrou em contato com a Secretaria Municipal de Educação para verificar o porquê do não cumprimento da medida negociada.

As respostas foram as seguintes:

Resposta 1. Professores (retirados da plataforma 3.0) e funcionários grevistas que fizeram a reposição: Segundo o GRH da SME, a folha de dezembro fecha no início do mês, e, assim, não houve tempo hábil para incluir esses profissionais da educação cujas planilhas de reposição chegaram à SME

.

O Sepe orienta:

Os professores e funcionários que fizeram a reposição até dezembro de 2021 devem confirmar em suas escolas se a planilha foi devidamente entregue à CRE. Se possível, fique com uma cópia da mesma. Qualquer problema entre em contato com o sindicato.

Resposta 2. Professores que não foram retirados da plataforma 3.0 e que permaneceram, durante o tempo da greve, em interação com estudantes: de acordo com a negociação efetivada, esses profissionais não fariam a reposição dos dias da greve pela vida (com a devida comprovação dessas atividades). Seguindo a solicitação da SME, em todas as audiências com esse fim, a diretoria do Sepe apresentou uma lista de professores que estavam na situação descrita acima. Esse documento foi entregue em mãos, através de email institucional e por whastapp.

Assim sendo, era de responsabilidade da SME o contato com as unidades escolares, visando atestar a condição de tais profissionais. Em nenhum momento, a Secretaria comunicou ao sindicato que as escolas deveriam enviar planilha sobre esses casos e, no comunicado enviado às UEs, essa orientação não estava claramente estabelecida.

O Sepe orienta:

A partir do dia 03/01/22, os docentes relatados acima devem entrar em contato com suas escolas para averiguar a situação e constatar se alguma planilha foi enviada. O sindicato também cobrará que a SME realize esse procedimento, pois tem em mãos desde outubro de 2021 a listagem com os dados desses profissionais da educação. Qualquer problema entre em contato com o sindicato. A direção do Sepe está fazendo todos os esforços e pressão para que os profissionais da educação da greve pela vida tenham seus descontos devolvidos no próximo contracheque.

CAMPANHA SALARIAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL RJ: REAJUSTE DE 20,68% JÁ

O Sepe convoca os profissionais de educação para a campanha salarial 2021 da rede municipal do Rio de Janeiro. A categoria vem sofrendo uma brutal perda de direitos e arrocho salarial. Desde 2019 não temos reajuste salarial e as perdas dos servidores municipais já chegam a 20,68% (*veja o gráfico 01*). Além disso, nossas progressões, gratificações e o Plano de Carreira estão congelados. Nosso ticket alimentação está congelado desde 2012, no valor de R$ 12,00.

Não podemos esquecer que os profissionais aposentados vêm sofrendo desconto previdenciário desde o governo Crivella e também sofrem arrocho.E ainda ocorreu o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, o que trouxe redução do salário líquido. Não dá pra aguentar tamanho arrocho salarial!

Eixos da nossa campanha salarial:

– Reajuste salarial para toda a categoria (com a isonomia para os aposentados) para cobrir as perdas salariais de 20,68%;

– Reajuste de 100% do ticket alimentação *(veja o gráfico 02*);

– Descongelamento das progressões, gratificações e do Plano de Carreira;

– Mobilização contra a reforma da previdência que Eduardo Paes quer implementar para os servidores municipais aos moldes do que aconteceu na União;

– Implementação plena do 1/3 de planejamento extraclasse.

GRÁFICO 01

Reajuste salarial no período	-3,00%
INPC-IBGE acumulado no período	17,06%
Perda salarial até 30 de setembro de 2021	-17,13%
Reajuste necessário até 01 de outubro de 2021	20,68%
IPCA-IBGE acumulado no período	15,67%
Perda salarial até 30 de setembro de 2021	-16,14%
Reajuste necessário em 01 de outubro de 2021	19,25%

Fonte: IBGE, SNIPC

GRÁFICO 02

INPC-IBGE	1. Alimentação e bebidas
75,22%	106,47%

Fonte: IBGE, SNIPC